



Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a
Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal

GEF TERRESTRE

RELATÓRIO SEMESTRAL DE PROGRESSO

GTR/FM 16661-BR

BR-G1004

JULHO 2020 – DEZEMBRO 2020

JANEIRO 2021



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



SUMÁRIO

Siglas e Abreviações.....	1
Resumo Executivo.....	2
Apresentação.....	3
O Projeto GEF-TERRESTRE	4
Situação Atual do Projeto	5
Áreas de Atuação do Projeto GEF-TERRESTRE.....	7
Execução do Projeto: Atividades Realizadas e Resultados Alcançados.....	12
Componente 1 – Criação de Novas Áreas Protegidas	12
Componente 2 – Manejo de Unidades de Conservação e Áreas Adjacentes.....	14
Componente 3 – Recuperação de Áreas Degradadas	16
Componente 4 – Avaliação do Risco de Extinção de Espécies da Flora e Fauna.....	23
Componente 5 – Comunicação e Integração com Comunidades.....	23
Situação Física-Financeira do Projeto (até 30.06.2020)	25
Plano de Aquisições	29
Situação de Contratos.....	30
Fluxo de Caixa e Projeção de Desembolsos.....	32
Contrapartida.....	33
Aspectos Sociais e Ambientais (Salvaguardas)	33
Cláusulas Contratuais	34
Progress Management Report – PMR	36
ANEXOS.....	37

SIGLAS E ABREVIações

ACT	Acordo de Cooperação Técnica
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
APA	Área de Proteção Ambiental
DAP	Departamento de Áreas Protegidas
DECO	Departamento de Ecossistemas
DESP	Departamento de Espécies
DIBIO	Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade
DIMAN	Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação
DPIN	Divisão de Projetos Internacionais
ESEC	Estação Ecológica
FLONA	Floresta Nacional
Funbio	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GEF	Global Environment Facility
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IMASUL	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
INEMA	Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
JBRJ	Jardim Botânico do Rio de Janeiro
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOP	Manual Operacional do projeto
NGI	Núcleo de Gestão Integrada
PAN	Planos de Ação Nacional para a conservação
PARNA	Parque Nacional
PO	Planejamento Operacional
REBIO	Reserva Biológica
REVIS	Refúgio da Vida Silvestre
SBio	Secretaria de Biodiversidade
SEIRHMA	Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SEMAS	Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Sustentabilidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UCP	Unidade de Coordenação do Projeto
UGP	Unidade de Gestão do Projeto

RESUMO EXECUTIVO

1.1 Dados básicos	
País	Brasil
Nome do projeto	Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal - GEF Terrestre
Número do projeto	BR-G1004
Número do financiamento não reembolsável	GTR/FM 16661-BR
1.2 Datas chave posteriores à aprovação por parte da diretoria	
Data de aprovação pela diretoria do Banco	12/03/2018
Data de assinatura do convênio	22/05/2018
Data de elegibilidade para o 1º desembolso	05/12/2018 (conforme CBR 3912/2018)
Data do primeiro desembolso	18/12/2018
1.3 Mutuário e condições chave	
Mutuário	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio
Órgão Executor	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio
Valor do financiamento não reembolsável aprovado (US\$)	32.621.820,00
Valor da contrapartida (US\$)	159.154.671,00
Valor total do projeto (US\$)	191.776.491,00
Data atual do último desembolso	09/jul/2020
Extensão acumulada (meses)	-x-
Valor comprometido do financiamento não reembolsável (US\$)	3.607.534,94
% comprometido do financiamento não reembolsável	11,06%
Valor desembolsado do financiamento não reembolsável (US\$)	2.242.046,27
% desembolsado do financiamento não reembolsável	6,87%
Valor executado da contrapartida (US\$)	Próximo reporte em mar/2021
% executado da contrapartida	Próximo reporte em mar/2021
Execução desde a aprovação (meses)	28
Execução desde a assinatura do contrato (meses)	26
1.4 Equipe de projeto do Banco	
Composição da equipe no momento da aprovação do LP pela diretoria do Banco	
Composição atual da equipe	Octavio Damiani, Flávio Chaves, Lorayne de Oliveira, Fábila Bueno
1.5 Unidade de Gerenciamento do projeto - UGP Funbio	
Coordenadora área Doações Nacionais e Internacionais	Fernanda Figueiredo Constant Marques
Gerente das atividades do projeto	Clarissa Scofield Pimenta
Analista do projeto	Rodolfo Cabral C. G. Marçal
Ponto focal financeiro	Mayara Bernardes
1.6 Unidade de Coordenação do projeto - UCP MMA	
Diretora DAP	Laura Andrea Chinaglia Abba
Analista Ambiental DAP	Marina Faria do Amaral
Analista Ambiental DAP	Andrea Varella

Analista Ambiental DECO	Mateus Dala Senta
Analista Ambiental DECO	João Arthur Seyffarth
Analista Ambiental DESP	Roberta Magalhães Holmes
Analista Ambiental DESP	Camila Oliveira Rocha
1.7 Monitoramento e avaliação	
Data deste relatório	31/01/2021
Data do último relatório	31/07/2020
Data da última visita de supervisão	24 e 25/06/2020 (Funbio revisa)

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem como objetivo informar o andamento das atividades do Projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal – **GEF Terrestre**. O Projeto é financiado com recursos do Global Environment Facility – GEF e tem o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como agência implementadora. De acordo com o arranjo institucional definido, o Projeto conta com uma Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) no Ministério do Meio Ambiente formada por representantes dos departamentos de Áreas Protegidas (DAP), de Conservação de Ecossistemas (DECO) e de Espécies (DESP), os quais coordenam os componentes 1 (Criação de Unidades de Conservação) e 2 (Fortalecimento da gestão de Unidades de Conservação), 3 (Recuperação de áreas degradadas) e 4 (Avaliação do risco de extinção da fauna e da flora), respectivamente. O componente 5 (Comunicação e integração com comunidades), por se tratar de ações transversais a todo o Projeto, é coordenado pela UCP como um todo.

As Unidades Operativas do Projeto (UOs) são responsáveis pela operacionalização das atividades desenvolvidas na sua esfera de atuação. Cada órgão/entidade partícipe tem um ponto focal (titular e suplente) que representa as Unidades Operativas sob sua gestão no Comitê Executor do Projeto.

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) é a agência executora, responsável pelo gerenciamento financeiro dos recursos do Projeto e pela prestação de contas do mesmo junto BID.

Dentro deste arranjo e de acordo com o Manual Operacional do Projeto – MOP aprovado em junho de 2019, os Relatórios de Progresso são estruturados e elaborados pelo Funbio, a partir de informações fornecidas pelas Unidades Operativas do Projeto e validadas pela UCP/MMA, para demonstrar o avanço do Projeto em relação a cada um dos indicadores de produtos pré-estabelecidos na matriz de resultados do Projeto. São Unidades Operativas previstas no Projeto:

No MMA e órgãos vinculados:

1. Departamento de Áreas Protegidas – DAP/MMA, responsável pela coordenação das ações de criação, fortalecimento da gestão e implementação do manejo em Unidades de Conservação, além da integração de todas as ações planejadas para o Projeto. Órgão que compõe a UCP;
2. Departamento de Conservação de Ecossistemas – DECO/MMA, responsável pela coordenação das ações de recuperação de áreas degradadas. Órgão que compõe a UCP;
3. Departamento de Espécies – DESP/MMA, responsável pela coordenação das ações de avaliação dos riscos de extinção da fauna e flora. Órgão que compõe a UCP;
4. Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, Instituto vinculado ao MMA responsável por promover pesquisas científicas sobre a flora brasileira;

5. A Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO/ICMBio, responsável por pesquisa, monitoramento e avaliação de espécies ameaçadas;
6. A Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação – DIMAN/ICMBio, responsável pela criação e manejo de Unidades de Conservação federais;
7. Unidades de Conservação federais listadas na Tabela 1.

Nos estados:

8. Instituto Estadual de Florestas – IEF/MG, órgão gestor estadual, responsável pela criação e manejo de Unidades de Conservação no estado de Minas Gerais. O Parque Estadual Caminho das Gerais é vinculado ao IEF/MG;
9. Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA/BA, órgão gestor estadual, responsável pela criação e manejo de Unidades de Conservação no estado da Bahia. O Parque Estadual Morro do Chapéu é vinculado ao INEMA/BA;
10. Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente – SEIRHMA/PB, órgão gestor estadual, responsável pela criação e manejo de Unidades de Conservação no estado da Paraíba;
11. Secretaria do Meio Ambiente – SEMA/CE, órgão gestor estadual, responsável pela criação e manejo de Unidades de Conservação no estado do Ceará. O Parque Estadual Carnaúbas é vinculado à SEMA/CE;
12. Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/MT, órgão gestor estadual, responsável pela criação e manejo de Unidades de Conservação no estado do Mato Grosso. O Parque Estadual Encontro das Águas é vinculado à SEMA/MT;
13. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL/MS, órgão gestor estadual, responsável pela criação e manejo de Unidades de Conservação no estado do Mato Grosso do Sul. O Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro é vinculado ao IMASUL/MS;
14. Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura – SEMA/RS, órgão gestor estadual, responsável pela criação e manejo de Unidades de Conservação no estado do Rio Grande do Sul. O Parque Estadual do Espinilho e a Reserva Biológica do Ibirapuitã são Unidades de Conservação vinculadas à SEMA/RS;
15. Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco – SEMAS/PE, órgão gestor estadual, responsável pela criação e manejo de Unidades de Conservação no estado de Pernambuco. O Refúgio da Vida Silvestre Tatu-bola é vinculado à SEMAS/PE.

Este relatório detalha as atividades executadas no 2º Semestre de 2020, e os avanços em relação às metas propostas e à execução financeira do Projeto neste período. O item “Descrição da situação atual do Projeto” apresenta um resumo do status atual do Projeto, o qual é detalhado na sequência, em atividades executadas no âmbito de cada componente.

O PROJETO GEF-TERRESTRE

O **Projeto GEF Terrestre** - Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal é um projeto do governo brasileiro, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente

(MMA), tendo como agência implementadora o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e como agência executora o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio. É executado por meio de Unidades Operativas situadas no MMA, no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), nas Unidades de Conservação (UCs) e nos órgãos estaduais de meio ambiente.

O objetivo geral do **Projeto GEF Terrestre** é melhorar a conservação da biodiversidade na Caatinga, Pampa e Pantanal por meio da expansão e fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e da integração com outras estratégias de conservação: os Planos de Ação Nacionais para espécies ameaçadas de extinção e a recuperação de áreas degradadas, com a participação de atores locais, contribuindo assim para aumentar a viabilidade populacional de espécies ameaçadas, evitar a emissão de carbono e aumentar a área de vegetação nativa sob práticas de manejo sustentável nestes biomas.

Por se tratar de um Projeto com amplo escopo de atuação, as áreas beneficiadas foram definidas buscando sinergia entre as ações previstas nos diferentes componentes do Projeto, sendo que no total estão contempladas 27 Unidades de Conservação (UCs) (18 na Caatinga, 5 no Pampa e 4 no Pantanal), sendo 18 federais e 9 estaduais. Algumas destas UCs tem ações muito pontuais, como o manejo do fogo, e outras integram ações de dois ou mais componentes.

São objetivos específicos do Projeto:

- Apoiar a criação, redefinição de limites ou recategorização de Unidades de Conservação (UCs) na Caatinga, Pampa e Pantanal;
- Aumentar a efetividade das UCs por meio da elaboração e implementação de seus planos de manejo;
- Elaborar planos de sustentabilidade financeira para unidades de conservação;
- Promover o manejo integrado do fogo e a recuperação de áreas degradadas;
- Incentivar o uso de boas práticas produtivas no entorno de Unidades de Conservação ou dentro, conforme sua categoria de manejo;
- Gerar conhecimento sobre espécies ameaçadas e seu manejo; e utilizar a informação gerada nas estratégias de conservação apoiadas pelo Projeto;
- Promover o engajamento das comunidades na conservação da biodiversidade e a integração das ações do Projeto com iniciativas locais.

SITUAÇÃO ATUAL DO PROJETO

A execução dos Planos Operativos dos órgãos parceiros e de cada entidade no Projeto continua pendente da formalização de Acordos de Cooperação (AC) entre os órgãos/entidades e o Funbio, com a interveniência do MMA.

O Acordo de Cooperação Técnica com o Funbio foi celebrado no final de 2018 e no início de 2019, houve mudança de governo, com alteração da organização básica dos Ministérios e substituição de representantes legais (Decreto no. 9.672, de 02 de janeiro de 2019).

Em setembro de 2020, o MMA passou por nova alteração na estrutura regimental e substituição de representantes legais (Decreto no. 10.455 de 11 de agosto de 2020) e diretorias da Unidade de Coordenação do Projeto, que antes faziam parte da Secretaria de Biodiversidade passaram a fazer parte de outras Secretarias do MMA:

UCP - Gef Terrestre até Setembro de 2020:

- Secretaria de Biodiversidade: DAP, DECO, DESP, DPIN

UCP - Gef Terrestre a partir de Setembro de 2020*:

- Secretaria de Biodiversidade: DESP
- Secretaria de Áreas Protegidas: DAP
- Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais: DECO

*Departamento de Projetos Internacionais (DPIN), da Secretaria de Biodiversidade, responsável pelo Componente 5, foi extinto.

O MMA irá providenciar a atualização da Portaria MMA no. 9, de 26/11/18, que institui a Unidade de Coordenação - UCP do Projeto.

Também em Setembro de 2020, por ocasião da reunião de Revisão de Carteira de Projetos do BID, a nova gestão do Ministério do Meio Ambiente manifestou que não teria mais interesse em celebrar os Acordos de Cooperação Técnica, caso não houvesse confirmação do BID do aceite das UCs criadas em 2018 no cômputo da meta do componente 1 (criação de 1 milhão de ha de novas unidades de conservação).

Para que as UCs criadas em 2018 possam ser consideradas no projeto, é necessário a conclusão da avaliação das Análises Socioculturais Econômicas e Fundiárias das mesmas. Os documentos em questão foram elaborados pelo ICMBio, passaram por revisão do MMA e encontram-se em análise do Funbio e BID.

A tabela abaixo apresenta o status dos Acordos de Cooperação entre Funbio, MMA e demais partícipes do Projeto:

Situação	Estado/entidade	Processo SEI
Celebrado em 14/11/18 com vigência de 5 anos	MMA	02000.001457/2016-32
Aguardando autorização do MMA para continuidade dos procedimentos de celebração	ICMBio	02000.004192/2019-77
	Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ)	02000.003997/2019-01
	Estado de Minas Gerais	02000.003872/2019-73
	Estado da Bahia	02000.004016/2019-35
	Estado do Ceará	02000.020394/2018-85
	Estado do Mato Grosso	02000.006831/2019-39
	Estado da Paraíba	02000.009144/2019-75
	Estado de Pernambuco	02000.004063/2019-89
Estado do Rio Grande do Sul	02000.004166/2019-49	

Processo Não iniciado	Estado do Mato Grosso do Sul	*****
	Estado do Rio Grande do Norte	*****
	Estado do Piauí	*****
Estado manifestou não ter mais interesse em participar do Projeto	Estado do Alagoas	02000.004695/2019-42

Dessa forma, apenas as atividades previstas nos Planos Operativos sob responsabilidade do MMA puderam ser executadas até o momento, além das atividades administrativas e de acompanhamento das salvaguardas sociais e ambientais e de Monitoramento e Avaliação executadas pelo Funbio, enquanto agência executora do projeto.

Como forma alternativa de execução, enquanto os Acordos de Cooperação Técnica não são celebrados, será feita uma análise, com a participação dos membros do Comitê Executor e Estratégico, sobre a viabilidade de execução de algumas atividades do projeto via MMA.

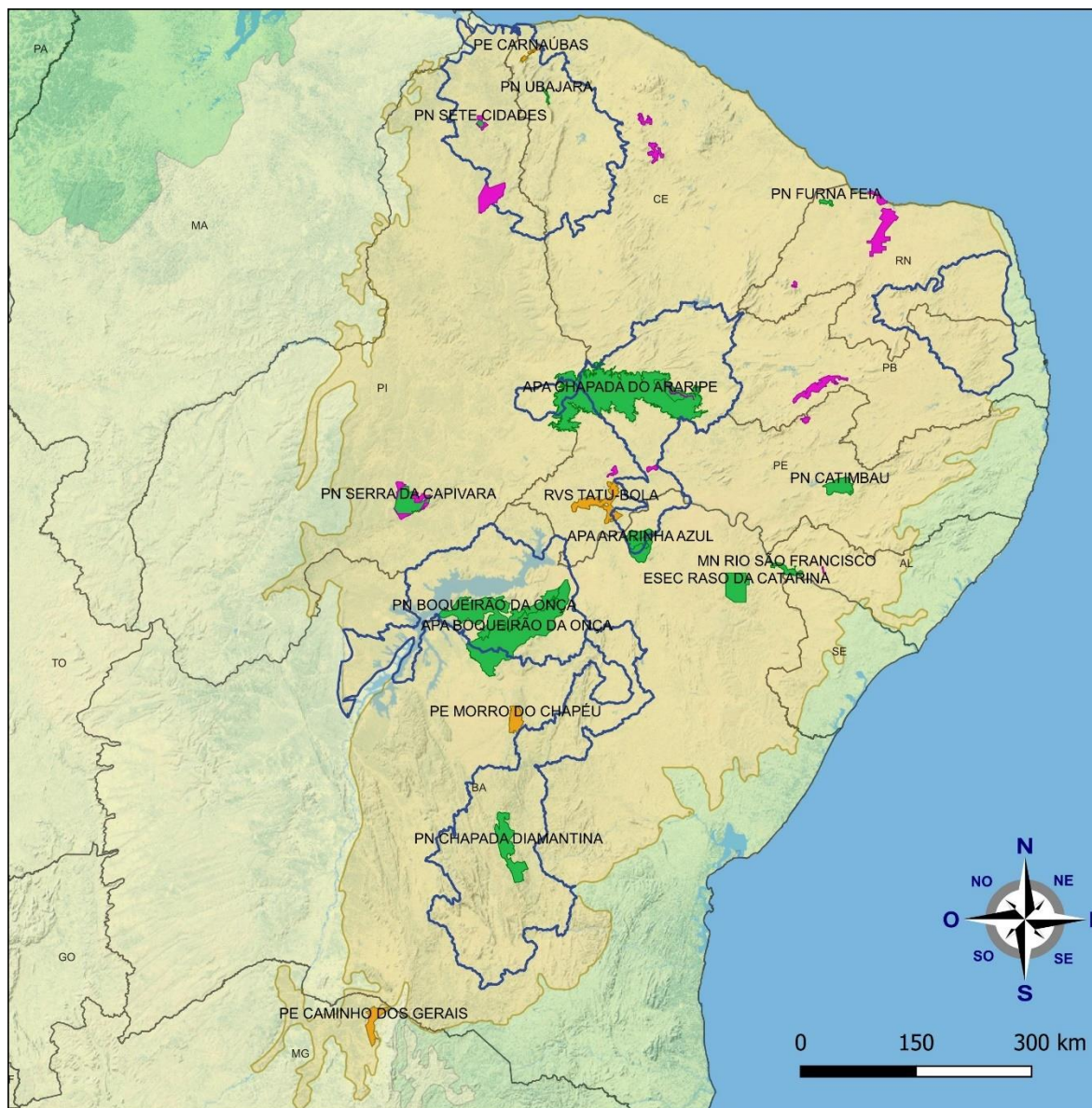
ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROJETO GEF-TERRESTRE

O mapa abaixo apresenta a localização das 27 Unidades de Conservação com previsão de apoio pelo projeto GEF Terrestre (18 na Caatinga, 5 no Pampa e 4 no Pantanal), sendo 18 federais e 9 estaduais.



Figura 1: Mapa indicando as Unidades de Conservação federais e estaduais contempladas pelo Projeto GEF Terrestre nos três biomas apoiados.

Área de Intervenção do GEF Terrestre por Componentes - Caatinga



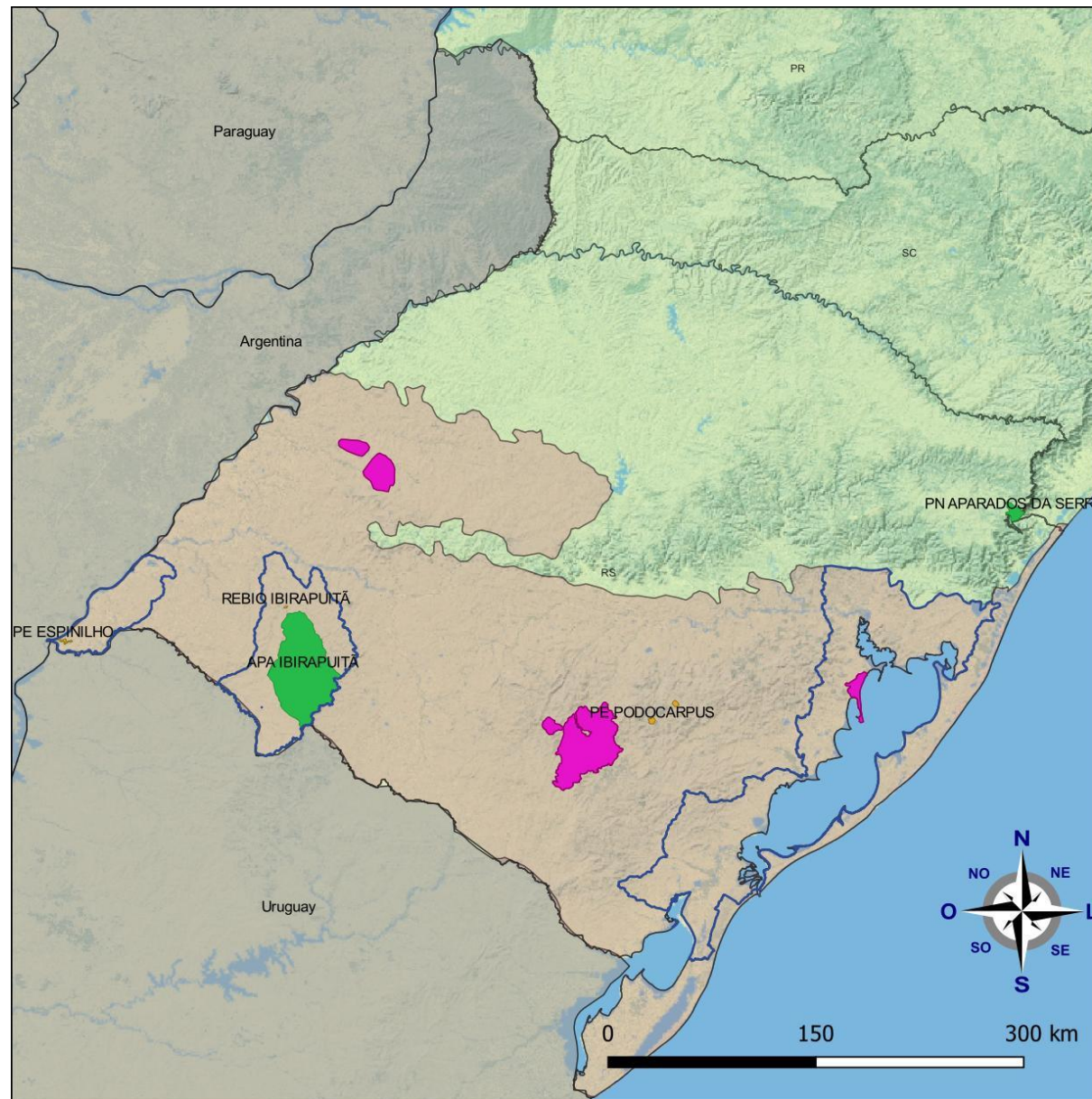
- Bioma Caatinga
- Comp. 1 - Criação/Ampliação de UC
- Comp. 2 - Consolidação UCs Estaduais
- Comp. 2 - Consolidação UCs Federais
- Comp. 4 - PANs
- Limites Estaduais
- Limites Federais

Sistema de Coordenada: SIRGAS 2000
 Datum: WGS 1984
 1:7.000.000

Fonte: IBGE, MMA/CNUC, ICMBio, ESRI
 Elaborado por: MMA/SBIO/DAP
 Outubro de 2019.



Figura 2. Área de atuação do Projeto GEF Terrestre, por componente, na Caatinga.



Área de Intervenção do GEF Terrestre por Componentes - Pampa



- Bioma Pampa
- Comp. 1 - Criação/Ampliação de UC
- Comp. 2 - Consolidação UCs Estaduais
- Comp. 2 - Consolidação UCs Federais
- Comp. 4 - PANs
- Limites Estaduais
- Limites Federais

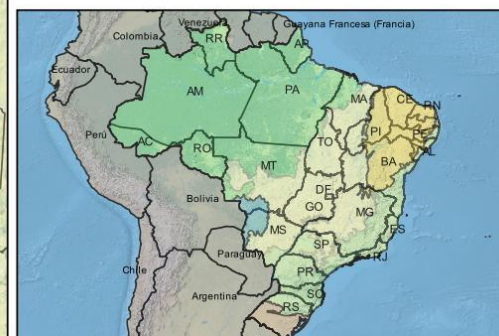
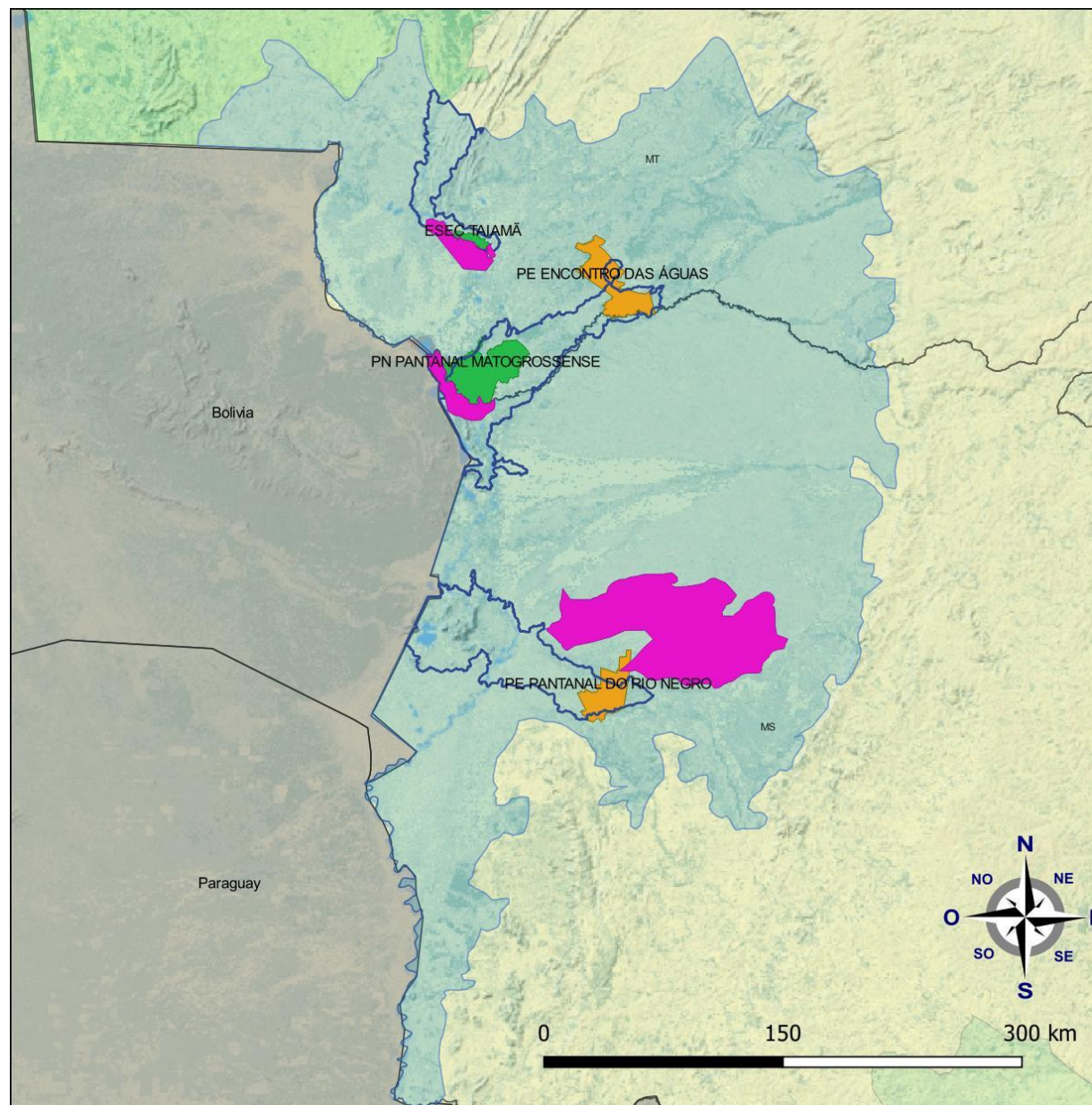
Sistema de Coordenada: SIRGAS 2000
Datum: WGS 1984
1:3.000.000

Fonte: IBGE, MMA/CNUC, ICMBio, ESRI
Elaborado por: MMA/SBIO/DAP
Outubro de 2019.



Figura 3. Área de atuação do Projeto GEF Terrestre, por componente, no Pampa.

Área de Intervenção do GEF Terrestre por Componentes - Pantanal



- Bioma Pantanal
- Comp. 1 - Criação/Ampliação de UC
- Comp. 2 - Consolidação UCs Estaduais
- Comp. 2 - Consolidação UCs Federais
- Comp. 4 - PANS
- Limites Estaduais
- Limites Federais

Sistema de Coordenada: SIRGAS 2000
Datum: WGS 1984

1:3.000.000

Fonte: IBGE, MMA/CNUC, ICMBio, ESRI
Elaborado por: MMA/SBIO/DAP
Outubro de 2019.



Figura 4. Área de atuação do Projeto GEF Terrestre, por componente, no Pantanal.

EXECUÇÃO DO PROJETO: ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Componente 1 – Criação de Novas Áreas Protegidas

Este Componente tem como objetivo apoiar a criação de novas Unidades de Conservação nos biomas contemplados pelo Projeto, contribuindo para o alcance da meta nacional de biodiversidade. A listagem de propostas previamente selecionadas é abrangente suficiente para considerar categorias de proteção integral e uso sustentável do SNUC, considerando inclusive a criação de Áreas de Proteção Ambiental (APA) com o objetivo de integrar estratégias de manejo em terras públicas e privadas disciplinando o processo de ocupação e uso de recursos naturais em paisagens mais amplas.

Metas do Componente 1

a) Meta Global (meta de resultado):

- 1.000.000 hectares de novas Unidades de Conservação.

b) Metas por produtos:

- Apoiar 14 processos de criação ou ampliação de Unidades de Conservação;
- Planos de sustentabilidade financeira preparados para 5 propostas de criação de UCs.

Indicadores de produtos

- a) Processos de criação/ampliação com análises, consultas e documentos preparados e submetidos para declaração;
- b) Propostas de UCs concluídas com planos de sustentabilidade financeira preparados.

Análise da Situação Atual e Avanços

Como a criação de UCs e os estudos técnicos que a precedem são ações que competem aos órgãos gestores, as atividades do Componente 1 seriam executadas mediante a assinatura dos ACs com o ICMBio e com os estados. Entretanto, em ocasião da revisão de carteira de Projetos do BID realizada em setembro/2020, o Ministério do Meio Ambiente manifestou que a criação de unidades de conservação não é uma estratégia de atuação da atual gestão do MMA mas sim o fortalecimento das UCs já existentes.

Desta forma, neste semestre foram realizadas análises ambientais e socioculturais para avaliação do BID visando-se a confirmação de que as quatro Unidades de Conservação federais criadas na Caatinga possam ser contabilizadas para as metas deste componente, a saber: Área de Proteção Ambiental Boqueirão da Onça e Parque Nacional Boqueirão da Onça, criadas por meio dos Decretos nº 9.336 e nº 9.337 de 05 de abril de 2018, respectivamente, e Área de Proteção Ambiental da Ararinha Azul e Refúgio da Vida Silvestre da Ararinha Azul, criadas por meio do Decreto nº 9.402 de 05 de junho de 2018. Estas 4 (quatro) Unidades totalizam 972.478 hectares de área protegida na Caatinga.

Ressalta-se que a confirmação da Área de Proteção Ambiental da Ararinha Azul e do Refúgio da Vida Silvestre da Ararinha Azul no Projeto é fundamental para o alcance das metas dos Componentes 3 e 4, com recuperação de áreas degradadas no interior das Unidades de Conservação e possibilitando hábitat adequado para a reintrodução de espécie extinta na natureza, ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*).

Conforme acordado com o BID, para que possam ser contabilizadas no alcance da meta global de 1.000.000 hectares de novas Unidades de Conservação criadas, neste semestre foram aprimoradas as análises ambientais e socioculturais referentes a estas 4 UCs (Anexo 1).

Além do apoio à criação de novas unidades de conservação, o departamento de Áreas Protegidas (DAP/MMA) também envida esforços para a inclusão das UCs existentes no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (CNUC), efetivando seu reconhecimento como parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Sustentabilidade Financeira

Não houve avanços além dos relatados nos relatórios de progresso anteriores no que diz respeito à execução com financiamento do projeto. Entretanto considerando a ausência de Acordos de Cooperação está em análise a elaboração de planos de sustentabilidade para as UCs já criadas via DAP/MMA.

Componente 2 – Manejo de Unidades de Conservação e Áreas Adjacentes

Este Componente tem o objetivo de fortalecer a gestão de Unidades de Conservação por meio do provimento de insumos e do apoio a programas e práticas de manejo, tanto dentro como no entorno das Unidades de Conservação, e assim apoiar a implementação de uma gestão mais efetiva, garantindo a conservação ou o uso sustentável dos recursos naturais e processos ecológicos, com base no uso eficiente de recursos, infraestrutura e pessoal qualificado, por meio de planejamento e processos participativos de gestão.

O Componente está subdividido em três subcomponentes que visam a melhoria da efetividade da gestão das UCs selecionadas, a adoção de práticas para evitar a emissão de carbono e a implementação de boas práticas relacionadas ao uso sustentável da biodiversidade, e tem as seguintes metas e indicadores:

Metas do Subcomponente 2.1

- a) Melhorar a efetividade de gestão nas UCs selecionadas;
- b) Protocolos de monitoramento da biodiversidade desenvolvidos e testados em 11 Unidades de Conservação.

Indicadores do Subcomponente 2.1

- a) Pontuação da ferramenta Tracking Tool;
- b) Número de UCs com instrumentos de planejamento (planos de manejo e planos específicos) elaborados e/ou atualizados;
- c) Número de UCs contempladas por planos de sustentabilidade financeira;
- d) Número de UCs com protocolos de monitoramento da biodiversidade testados.

Meta do Subcomponente 2.2

- a) 20.000 hectares de áreas adjacentes a unidades de conservação onde estão sendo adotadas práticas para evitar a emissão de carbono;
- b) Redução de 20% da área atingida por incêndios nas três unidades de conservação onde o Manejo Integrado do Fogo (MIF) é implementado.

Indicadores do Subcomponente 2.2

- a) Área (em hectares) onde são adotadas práticas para evitar a emissão de carbono;
- b) Percentual de redução da área atingida por incêndios.

Meta do Subcomponente 2.3

- a) Implementação de boas práticas relacionadas ao uso sustentável da biodiversidade e manutenção de serviços ecossistêmicos em 3 comunidades associadas a unidades de conservação ou em paisagens produtivas.

Indicadores do Subcomponente 2.3

- a) Número de famílias que adotam boas práticas produtivas.

Análise da Situação Atual e Avanços

Assim como o Componente 1, as ações do Componente 2 dependem em grande parte da formalização dos Acordos de Cooperação com os órgãos gestores para sua implementação. Assim, houve avanços apenas nas atividades previstas pelo MMA referente ao diagnóstico de uso do fogo nas áreas de atuação do Projeto.

A tabela 1 apresenta a lista de UCs com previsão de apoio neste Componente. Neste semestre houve algum envolvimento dos gestores de unidades de conservação, coordenadores regionais da esfera federal e pontos focais dos órgãos estaduais a fim de envolvê-los nas atividades do subcomponente 2.2 e componente 3.

TABELA 1. ATUALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO COMPONENTE 2.

Unidades de Conservação	Estado(s)	Esfera	Área(hectares)
Bioma Pampa			
Parque Estadual do Espinilho	RS	Estadual	1.609
Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã	RS	Federal	316.671
Reserva Biológica Ibirapuitã	RS	Estadual	308
Parque Nacional Aparados da Serra	RS, SC	Federal	13148
Área Total no Bioma			331.736
Bioma Pantanal			
Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro	MS	Estadual	77.909
Parque Estadual Encontro das Águas	MT	Estadual	108.134
Estação Ecológica Taiamã	MT	Federal	11.555
Parque Nacional do Pantanal Matogrossense	MT	Federal	135.923
Área Total no Bioma			333.521
Bioma Caatinga			
Parque Nacional Serra da Capivara	PI	Federal	100.763
Parque Estadual das Carnaúbas	CE	Estadual	9.999
Parque Nacional Chapada Diamantina	BA	Federal	152.142
Parque Nacional Ubajara	CE	Federal	6269
Área de Proteção Ambiental Chapada do Araripe/Floresta Nacional Araripe-Apodi	CE, PE, PI	Federal	972.593
Parque Estadual Morro do Chapéu	BA	Estadual	51.916
Monumento Natural do Rio São Francisco	AL, SE, BA	Federal	26.736
Parque Estadual Caminho dos Gerais	MG	Estadual	56.237
Parque Nacional da Furna Feia	RN	Federal	8.517
Área de Proteção Ambiental e Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha Azul	BA	Federal	119.876,65
Parque Nacional Catimbau	PE	Federal	62.294
Refúgio de Vida Silvestre Tatu-Bola	PE	Estadual	110.146
Parque Nacional Boqueirão da Onça	BA	Federal	347.557
Área de Proteção Ambiental Boqueirão da Onça	BA	Federal	505.692
Parque Nacional Sete Cidades	PI	Federal	6.304
Estação Ecológica Raso da Catarina	BA	Federal	104.842
Área Total no Bioma			2.641.884

Sustentabilidade Financeira

Durante o período deste Relatório não houve avanços nesta atividade, a ferramenta de modelagem de custos mencionada no relatório anterior ainda não foi validada para ser aplicada nas UCs do projeto.

Manejo Integrado do Fogo

Embora tenham sido inicialmente selecionadas três UCs (Parque Nacional do Pantanal, PN Chapada Diamantina e o PN Aparados da Serra) para realizarem ações de prevenção, monitoramento e controle de incêndio, o Projeto abarca um conjunto bem maior de Unidades de Conservação (Tabela 1). Visando o ganho em escala das ações de manejo do fogo no Projeto, estas UCs estão sendo avaliadas quanto ao uso de fogo e tipo de ações de manejo integrado do fogo necessárias no contexto de cada uma.

Em parceria com o PrevFogo/IBAMA foi formada uma comissão de acompanhamento das ações de Manejo do Fogo que tem acompanhado os trabalhos de consultoria contratada no âmbito do Produto 2.6 para a realização do Diagnóstico do Fogo nas Unidades de Conservação do Projeto. O objetivo é orientar as futuras ações de manejo de fogo a serem implementadas nos territórios do Projeto GEF Terrestre. Foi realizada adequação do trabalho previsto, que envolvia ações em campo, para que este fosse realizado essencialmente através de consultas à distância, considerando o contexto atual de pandemia pelo novo coronavírus.

Neste semestre o consultor definiu a metodologia a ser implementada para realização do diagnóstico, que consiste principalmente da análise de mapas, focos de calor e aplicação de questionário aos atores locais. Os questionários foram elaborados de forma bem detalhada visando agregar muitas das informações que seriam coletas em campo, e também refletiu uma preocupação em padronizar algumas informações que já estavam disponíveis nos planos de manejo integrado do fogo elaborados para as UCs federais de forma que pudesse ser feita comparação entre estas e as UCs estaduais.

Foi elaborado pelo consultor o diagnóstico do bioma Pampa com propostas de ação para as UCs deste bioma (produto 3). Já os diagnósticos referentes ao Pantanal e Caatinga precisaram ser invertidos em virtude dos incêndios no Pantanal, pois os atores locais não tiveram disponibilidade de contribuir com o preenchimento dos questionários e entrevistas.

Efetividade de Gestão de UCs

Não ocorreram avanços com recursos do projeto no que tange a melhoria da efetividade da gestão das UCs do Projeto por meio de ações do componente 2. Entretanto todas as UCs tiveram sua efetividade de gestão em 2020 aferidas pelo Sistema de Análise e Monitoramento da gestão (SAMGe), conforme pode-se verificar em <http://samge.icmbio.gov.br/>.

Buscando-se uma estratégia alternativa de execução deste Componente, enquanto os Acordos de Cooperação Técnica não são celebrados, será feita uma análise, com a participação de membros dos Comitês Executor e Estratégico, de quais ações poderiam ser executadas via MMA.

Componente 3 – Recuperação de Áreas Degradadas

Este Componente apoia a recuperação estratégica, florestal ou não florestal, de áreas degradadas no entorno e/ou interior das UCs visando aumentar o estoque de carbono, promover a adoção de práticas de

manejo sustentáveis nas áreas de vegetação nativa existentes e mitigar os efeitos da fragmentação, promovendo a conectividade e fluxo gênico. Os impactos esperados dessas atividades incluem a melhoria e aumento de habitat para espécies ameaçadas, redução das espécies exóticas invasoras e melhoria no provimento de serviços ecossistêmicos.

Metas do Componente 3

- a) Elaboração de diretrizes bioma-específicas para planejamento e monitoramento da restauração (árvores de decisão e protocolos de monitoramento);
- b) Elaboração de mapas bioma-específicos de áreas prioritárias para recuperação da vegetação nativa;
- c) 5 mil hectares de áreas em processo de recuperação da vegetação nativa e adotando práticas de manejo sustentáveis.

Indicadores

- a) Número de instrumentos orientadores desenvolvidos (árvores de decisão, protocolos de monitoramento e mapas de áreas prioritárias para a restauração);
- b) Número de planos de restauração desenvolvidos e em implementação;
- c) Área (em hectares) em processo de restauração de acordo com plano de restauração e manejada de forma sustentável.

Análise da Situação Atual e Avanços

Histórico

Para promover o processo de recuperação de 5 mil hectares de áreas de vegetação nativa estão sendo elaborados e executados diferentes Planos de Restauração no interior e/ou entorno de UCs da Caatinga, Pampa e Pantanal. Para isso, foram lançadas Chamadas de Projetos visando apoiar a elaboração de Planos de Restauração para UCs pré-definidas na Caatinga, Pantanal e Pampa, bem como a execução da restauração de parte das áreas contempladas por esses Planos.

Para acompanhamento do processo de elaboração da Chamada e seleção dos projetos a serem apoiados foi estabelecida uma Câmara Técnica (CT) contando com gestores das UCs apoiadas e especialistas no tema da restauração nos três biomas, assim como representantes do MMA e ICMBio.

As Chamadas de Projetos foram realizadas em duas fases, sendo uma de manifestação de interesse que visa empreender uma pré-avaliação em relação à capacidade operacional das instituições candidatas, e uma segunda para avaliação das propostas de projeto submetidas pelas instituições que manifestaram interesse na primeira fase. A escolha pelo lançamento de uma Chamada de Projetos em duas fases garantiu a possibilidade de adequação dos valores a serem disponibilizados para cada UC e região (linha de ação) de acordo com a capacidade financeira e institucional das instituições candidatas, reduzindo assim os riscos de execução e elevando a probabilidade de alcance dos resultados esperados.

Além de fragmentar a Chamada em duas etapas, optou-se também pelo lançamento de três Chamadas separadas, uma específica para cada bioma (Caatinga, Pampa e Pantanal). A escolha foi feita pelas características dos biomas e das Unidades de Conservação selecionadas e conseqüentemente pelas especificidades dos projetos de recuperação, bem como do perfil esperado das instituições proponentes. Dessa

maneira, as Chamadas foram mais específicas, garantindo um olhar mais apurado no processo de seleção e acompanhamento dos projetos apoiados.

A Chamada de Projetos 06/2019 para Recuperação de Áreas Degradadas no Interior e Entorno de Unidades de Conservação localizadas no Bioma Caatinga recebeu 15 propostas, resultando na aprovação de seis projetos que totalizam aproximadamente 410 hectares a serem recuperados.

A Chamada de Projetos 07/2019 para Recuperação de Áreas Degradadas no Interior e Entorno de Unidades de Conservação localizadas no Bioma Pampa recebeu cinco manifestações de interesse, mas apenas uma proposta completa na 2ª etapa. A proposta foi aprovada, resultando em um projeto selecionado para a APA do Ibirapuitã.

Para o Pantanal, a manifestação de interesse também foi lançada no site do Funbio em 13 de setembro, porém nenhuma instituição manifestou interesse. Sendo assim, após discussões entre o DECO/MMA e a gerência do projeto no Funbio, optou-se pelo lançamento de uma nova manifestação de interesse sem uma lista pré-definida de UCs, podendo os proponentes apresentar projetos para qualquer UC localizada no Bioma Pantanal. Além disso, poderiam também ser selecionadas UCs do entorno do Bioma Pantanal, desde que localizadas na porção brasileira da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai (BAP), onde estão localizados os principais rios e nascentes responsáveis pelo abastecimento e dinâmica das águas do Pantanal. Para garantir a conservação do bioma e o fluxo hídrico do qual ele é totalmente dependente, é fundamental considerar a relação entre a região mais baixa (planície de inundação) e a região mais alta (planalto), o que justifica as ações de recuperação da vegetação nativa nessa região da BAP.

Avanços de janeiro a junho de 2020

No 1º semestre de 2020 foi lançada a segunda Chamada de Projetos para a Caatinga (Chamada 02/2020), a fim de contemplar as UC para as quais não foram selecionados projetos na primeira chamada para o bioma. A Chamada resultou na contratação de três projetos para a APA e RVS da Ararinha Azul, Parque Nacional da Chapada Diamantina e Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe.

Para o bioma Pampa, durante o período foi contratado o projeto selecionado pela Chamada 07/2019 e lançadas duas novas Chamadas: a Chamada 05/2020 para seleção de um segundo projeto para a APA do Ibirapuitã, e a Chamada 06/2020, para recuperação de áreas degradadas na REBIO Ibirapuitã e Parque Estadual do Espinilho, ambas UCs estaduais.

Para o Pantanal, foi lançada uma nova manifestação de interesse seguida da correspondente Chamada de Projetos 04/2020, por meio da qual foram selecionadas três propostas de recuperação.

Ao todo foram lançadas 6 Chamadas de Projetos entre 2019 e 2020, sendo 2 na Caatinga, 3 no Pampa e 1 no Pantanal (Anexo 2). Um total de 15 projetos de recuperação foram selecionados e aprovados pela Câmara Técnica:

- **Caatinga:** Nove projetos selecionados. Sete projetos em execução; 735,4 hectares de área a ser recuperada no bioma; Valor dos projetos – R\$ 11.196.095,96.
- **Pampa:** Três projetos selecionados. Um projeto em execução; 5.650 hectares de área a ser recuperada no bioma; Valor dos projetos – R\$ 6.884.351,00.
- **Pantanal:** Três projetos selecionados; 122 hectares de área a ser recuperada no bioma; Valor dos projetos – R\$ 1.038.078,96.

Cada projeto irá elaborar um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para a UC selecionada e seu entorno. Sendo assim, pelo menos 8 planos de recuperação devem ser concluídos ainda em 2020, e os demais 7 planos no primeiro trimestre de 2021, superando a meta definida para o Produto 3.2. A conclusão dos planos de recuperação pode sofrer atrasos devido às restrições impostas pela pandemia de COVID-19.

Por meio dos 15 projetos de recuperação selecionados e aprovados, espera-se recuperar 6.407,4 hectares, atingindo e superando a meta de 5 mil hectares de áreas em processo de recuperação da vegetação nativa e adotando práticas de manejo sustentáveis (Produto 3.3). O valor investido na elaboração e implementação dos projetos de recuperação será de R\$ 19.118.525,92. A implementação das ações de recuperação em campo pode sofrer atrasos devido ao isolamento social devido à pandemia. Após o envio dos primeiros relatórios semestrais, em setembro de 2020, será possível ter um melhor dimensionamento dos atrasos e impactos no cronograma previsto.

As UC contempladas pelos planos de recuperação foram definidas em alinhamento com as Unidades Operativas do Projeto, após o preenchimento e análise de um formulário específico sobre restauração e debates ocorridos durante a oficina de planejamento em setembro de 2018, bem como a partir dos resultados dos processos de seleção derivados das chamadas de projetos. Desta forma, como não houve proposta selecionada para o Parque Nacional de Ubajara, e havia duas propostas com qualificação para o Monumento Natural do Rio São Francisco – MONA São Francisco, a câmara técnica optou por selecionar um segundo projeto para o MONA, em substituição àquele previsto para o PARNA Ubajara.

Com relação ao Pantanal, devido à ausência de propostas na primeira manifestação de interesse, não será contemplada com projeto uma das duas áreas inicialmente previstas (Parque Estadual do Rio Negro), mantendo-se como beneficiária a Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC do Pantanal. Como resultado deste processo foram selecionadas as seguintes UC para implementação dos projetos de recuperação:

TABELA 2: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CONTEMPLADAS PELAS CHAMADAS DE PROJETOS.

Caatinga	Pampa	Pantanal
APA Chapada do Araripe (CE)	APA do Ibirapuitã (RS)	RPPN Sesc Pantanal (MT)
FLONA do Araripe-Apodi (CE)	REBIO do Ibirapuitã (RS)	PE Nascentes do Rio Taquari (MS)
APA da Ararinha Azul / RVS da Ararinha Azul (BA)	PE do Espinilho (RS)	APA Municipal Baía Negra (MS)
ESEC Raso da Catarina (BA)		
MONA do Rio São Francisco (AL, SE, BA)		
PE Caminhos dos Gerais (MG)		
PN da Chapada Diamantina (BA)		
PN Furna Feia (RN)		

Os projetos selecionados para a APA/REVIS da Ararinha Azul (Caatinga), o Parque Estadual Nascentes do Rio Taquari e a Área de Proteção Ambiental Municipal Baía Negra (Pantanal), aguardam a avaliação de Análises Socioculturais (ASC) dessas UC pelo BID. A ASC da APA/REVIS da Ararinha Azul já foi encaminhada e aguarda a avaliação do Banco (Anexo 1), enquanto as análises do PE Nascentes do Rio Taquari e APA Baía Negra estão em fase final de elaboração junto ao órgão gestor.

Com relação ao Produto 3.1, foi contratada em março de 2020 uma consultoria para elaboração dos mapas de áreas prioritárias para recuperação da vegetação na Caatinga, Pantanal e Pampa, e os Produtos 1 e 2.1 já foram entregues e aprovados. As oficinas com especialistas, previstas inicialmente para serem realizadas de forma presencial, serão realizadas de forma remota em agosto (Pampa), setembro (Pantanal) e outubro (Caatinga) de 2020, e a previsão de entrega dos mapas finais para os 3 biomas é em novembro de 2021. Sendo assim, não há previsão de atrasos ou impactos significativos nessa atividade devido à pandemia.

Ainda no âmbito do Produto 3.1, estão sendo elaborados os termos de referência para a contratação de consultorias para a elaboração de diretrizes bioma-específicas para planejamento e monitoramento da restauração. Serão elaboradas árvores de decisão e protocolos de monitoramento para cada bioma no âmbito dos sistemas Webambiente e AgroTagVeg, respectivamente, ambos desenvolvidos pela Embrapa. O Webambiente é um sistema de informação interativo para auxiliar tomadas de decisão no processo de adequação ambiental da paisagem rural, e contempla o maior banco de dados já produzido no Brasil sobre espécies vegetais nativas e estratégias para recomposição ambiental. As três consultorias têm contratação prevista para o início de 2021.

Avanços de junho a dezembro de 2020

Com relação à elaboração e implementação dos planos de recuperação de áreas degradadas (Produtos 3.2 e 3.3 do Componente 3) houve a necessidade de cancelar a contratação de proposta selecionada para o Parque Estadual Nascentes do Taguari (Pantanal). Observou-se que a instituição contratada, qual seja o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari-COINTA, era inelegível como proponente, já que se trata de **Consórcio Público de Direito Público, associação pública de natureza autárquica, que desenvolve atividades vinculadas à Administração Pública em Geral**. Desta forma, em acordo com a Câmara Técnica, optou-se por contratar a proposta “Recuperação de Áreas Degradadas na Reserva Biológica Marechal Cândido Mariano Rondon – Miranda, MS”, enviada pela Fundação Neotrópica, que também obteve a pontuação mínima para apoio.

Neste período também se avançou no processo de aprovação, junto ao BID, das avaliações socioambientais das Unidades de Conservação da APA da Ararinha Azul / RVS da Ararinha Azul (BA) e da APA Municipal Baía Negra (MS), necessárias para o atendimento das salvaguardas socioculturais, já que estas unidades não faziam parte do escopo inicial do projeto. A aprovação destas avaliações é condicionante para o primeiro desembolso das propostas relacionadas aos planos de recuperação a serem implementados nestas unidades. O mesmo caso se aplica à proposta relacionada à Reserva Biológica Marechal Cândido Mariano Rondon, para a qual também deverá ser elaborada avaliação socioambiental a ser submetida ao BID. O ICMBIO e o Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul - IMASUL estão apoiando a elaboração destas avaliações para a APA/RVS da Ararinha Azul e para as unidades municipais do Mato Grosso do Sul, respectivamente. As análises socioambientais da APA/RVS da Ararinha Azul e da APA Baía Negra já foram encaminhadas para aprovação do BID. A análise da REBIO Marechal Cândido Mariano Rondon está em revisão pelo Funbio/MMA para posterior envio ao BID. Espera-se que no início de 2021 estas avaliações estejam aprovadas pelo BID.

Outro avanço diz respeito à elaboração dos Planos de Recuperação das UCs, Meta 1 das propostas supracitadas. Dez projetos estão em fase avançada de elaboração dos seus planos, sendo que 4 já foram aprovados pelo órgão gestor da UC e pelo MMA, conforme mostra a tabela abaixo:

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	STATUS DE ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DOS PLANOS DE RECUPERAÇÃO
APA Chapada do Araripe (CE)	Aprovado

FLONA do Araripe-Apodi (CE)	Aprovado
ESEC Raso da Catarina (BA)	Em elaboração. Previsão de Entrega: 18/12/2020
MONA do Rio São Francisco (AL, SE, BA) – projeto 1	Aprovado
MONA do Rio São Francisco (AL, SE, BA) – projeto 2	Entregue. Analisado pelo órgão gestor da UC e MMA que fizeram sugestões de ajustes.
PE Caminhos dos Gerais (MG)	Entregue. Analisado pelo órgão gestor da UC e MMA que fizeram sugestões de ajustes.
PN da Chapada Diamantina (BA)	Em elaboração. Previsão de Entrega: 07/01/2021
PN Furna Feia (RN)	Aprovado
APA do Ibirapuitã (RS) – projeto 1	Entregue. Em análise pelo órgão gestor da UC e MMA.
RPPN Sesc Pantanal (MT)	Em elaboração. Previsão de Entrega: 21/01/2021

Até o final do primeiro semestre de 2021 todos os planos deverão estar elaborados e todas as propostas deverão estar no processo para cumprir a Meta 2 – Implementação dos Planos de Recuperação, lembrando que as mesmas foram contratadas em épocas com tempo de execução diferentes. Abaixo tabela com todas as propostas contratadas e suas informações básicas:

Projeto	Bioma	Unidade de Conservação	Instituição Responsável	Área Recuperada (hectares)
Plano de Recuperação de Áreas Degradadas e Estruturação da Cadeia Produtiva da Restauração Florestal para a Floresta Nacional (FLONA) do Araripe-Apodi	Caatinga	FLONA Araripe-Apodi	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste - CEPAN	50
Sendas	Caatinga	PE Caminhos dos Gerais	FADENOR - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Norte de Minas	85,4
CONVERT - Conservação e Recuperação da Caatinga do MONA do São Francisco	Caatinga	MONA São Francisco	FAPESE - Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão do Sergipe	60
Bioma Caatinga e Rio São Francisco na Resiliência do Semiárido Brasileiro	Caatinga	MONA São Francisco	CDJBC - Centro de Assessoria e Serviços do/as Trabalhadores/as da Terra Dom Jose Brandao de Castro	60
Elaboração e Implementação de Ações de Recuperação de Áreas Degradadas no Interior e Entorno da Estação Ecológica do Raso da Catarina - Bioma Caatinga	Caatinga	ESEC Raso da Catarina	AGENDHA – Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia	55
Furna Feia: Recuperação de Áreas Degradadas e Apoio à Sustentabilidade Local	Caatinga	PN Furna Feia	SOS Sertão - Organização Sertaneja dos Amigos da Natureza	100
PRO-APA SUSTENTAVEL - Elaboração e Implementação de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas no interior da Área	Pampa	APA do Ibirapuitã	Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil – SAVE Brasil	3750

de Proteção Ambiental do Ibirapuitã				
Plano de Recuperação de Áreas Degradadas e Estruturação da Cadeia Produtiva da Restauração Florestal na Área de Proteção Ambiental Chapada do Araripe	Caatinga	Área de Proteção Ambiental Chapada do Araripe	Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste - CEPAN	50
RE-Habitar Ararinha Azul	Caatinga	RVS e APA Ararinha Azul	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco – FADE	200
Restauração ecológica no interior e no entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina: um processo de construção participativa e coletiva no Bioma Caatinga	Caatinga	Parque Nacional da Chapada Diamantina	Associação ProScience	75
Restauração estratégica e participativa no Pantanal: APA Baía Negra	Pantanal	APA Baía Negra	Ecoa – Ecologia e Ação	33,8
Recuperação de florestas ribeirinhas pantaneiras: beneficiando água, solo, peixes e populações do entorno da RPPN SESC Pantanal	Pantanal	RPPN SESC Pantanal	Mupan - Mulheres em Ação no Pantanal	23
Restauração ecológica na APA do Ibirapuitã (RestaurAPA): integração social e científica para a conservação e sustentabilidade do bioma Pampa	Pampa	APA do Ibirapuitã	Sociedade Porvir Científico	1700
Restaura Pampa: plano de recuperação de áreas degradadas em unidades de conservação do bioma Pampa	Pampa	Parque Estadual do Espinilho e Reserva Biológica do Ibirapuitã	Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência - FATEC	100
Recuperação de Áreas Degradadas na Reserva Biológica Marechal Cândido Mariano Rondon – Miranda, MS	Pantanal	Reserva Biológica Marechal Cândido Rondon	Neotrópica	25

Durante este semestre foram realizadas uma série de ações de capacitação (técnicas e de execução financeira) e de intercâmbio com a participação das equipes dos projetos contratados e dos gestores de UCs, como forma de promover a melhoria na execução dos projetos:

- Capacitação para Execução dos Projetos e Utilização dos Recursos - Caatinga e Pantanal - 27 de julho
- Oficina de capacitação dos projetos em Restauração de Áreas Degradadas - Caatinga e Pantanal – 12 de agosto
- Oficina de capacitação de gestores das UCs em Restauração de Áreas Degradadas - Caatinga e Pantanal – 13 de agosto
- 1ª Seminário de Intercâmbio dos Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas em Unidades de Conservação da Caatinga e Pantanal do Projeto GEF Terrestre - 15 e 16 de outubro
- 1º Seminário de Intercâmbio e Capacitação dos Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas em Unidades de Conservação do Pampa do Projeto GEF Terrestre – 29 de outubro

- Seminário sobre Semeadura e Redes de Coletores de Sementes – 04 de dezembro
- Capacitação para Execução dos Projetos e Utilização dos Recursos - Caatinga e Pantanal - 15 de dezembro

No que tange ao Produto 3.1 (áreas prioritárias para a recuperação), foram realizadas as oficinas com especialistas para a discussão de variáveis, bases de dados e cenários, de forma virtual, nos dias 15 e 16 de setembro (Pampa), 07 e 08 de outubro (Pantanal) e 04, 05 e 06 de novembro (Caatinga). Os produtos 2.2 e 2.3 (Propostas de bases de dados e variáveis para Pantanal e Caatinga) e 3.1, 3.2 e 3.3 (Relatórios sobre a realização das oficinas) já foram entregues e analisados pelo MMA. Durante o ano de 2021 serão realizadas as oficinas para a validação do banco de dados, cenários e mapas de áreas prioritárias, previstas para maio. A previsão de entrega dos produtos finais para os 3 biomas é em novembro de 2021.

No âmbito do Produto 3.1 foram elaborados os termos de referência (TdR) para a contratação de consultorias para a elaboração de diretrizes bioma-específicas para planejamento e monitoramento da restauração (árvores de decisão e protocolos de monitoramento), com base na adaptação dos sistemas Webambiente e AgroTagVeg, respectivamente, ambos desenvolvidos pela Embrapa, o primeiro em parceria com o MMA. Para a elaboração dos TdR foram consultados pesquisadores da EMBRAPA envolvidos no desenvolvimento dos sistemas citados com atuação nos biomas Caatinga, Pampa e Pantanal especializados em recuperação de áreas degradadas. Atualmente, os TdRs estão aguardando a aprovação da direção do DECO para serem publicados pelo Funbio.

O Serviço Florestal Brasileiro – SFB também se engajou neste trabalho, participando das reuniões com MMA e EMBRAPA nas quais foram discutidos o conteúdo dos TdRs. O SFB deverá ser um dos principais usuários destas ferramentas, já que está prevista a inclusão tanto das árvores de decisão quanto dos protocolos de monitoramento no Módulo PRA (Programas de Regularização Ambiental) do Sistema do Cadastro Ambiental Rural (CAR), com o objetivo de orientar produtores rurais com passivos de recuperação.

Componente 4 – Avaliação do Risco de Extinção de Espécies da Flora e Fauna

O Componente 4 tem como objetivo melhorar o estado de conservação de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção. A partir da geração e refinamento do conhecimento da biologia das espécies, o ICMBio e o JBRJ, principais executores deste componente, conduzem os processos de avaliação do estado de conservação das espécies e de elaboração e implementação dos Planos de Ação Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs). Sendo assim, a execução do componente 4 depende da celebração dos Acordos de Cooperação com o ICMBio e o JBRJ, que seguem aguardando a assinatura do MMA enquanto interveniente.

Componente 5 – Comunicação e Integração com Comunidades

A fim de maximizar o impacto dos recursos investidos nos três biomas alvo do GEF Terrestre e promover o sucesso de longo prazo, o Componente 5 tem o objetivo de promover a integração de ações do Projeto com outras iniciativas, além de implementar ações de conscientização pública visando promover o engajamento de parceiros e comunidades locais nas atividades de conservação financiadas.

Assim como as demais ações e componentes, o componente 5 teve um forte impacto causado pela não assinatura dos Acordos de Cooperação e ainda pelos impactos do COVID-19, que limitaram as atividades de envolvimento das comunidades e atores locais. Ocorreram medidas de trabalho remoto obrigatório desde meados de março de 2020, passando por um período de adaptações e ajustes na forma de trabalho e nas ferramentas tecnológicas.

No dia 02/08/20, ocorreu de forma remota a 3ª Revisão de Carteira do Projeto GEF Terrestre, quando foi colocado pelo MMA a necessidade de confirmação do BID sobre a aceitação das UCs criadas em 2018, na contabilização da meta do componente 1, como condicionante para continuidade dos procedimentos de celebração dos Acordos de Cooperação Técnica.

Foi realizada também uma reunião no dia 08/12/20 entre MMA, FUNBIO e BID para tratar de questões relacionadas às Análises Socioculturais, Econômicas e Fundiárias das UCs federais criadas em 2018 (APA e REVIS Ararinha Azul; APA e PARNA Boqueirão da Onça) e da APA municipal Baía Negra, no estado de Mato Grosso do Sul, que terá projeto a ser executado via componente 3), ocasião em que o BID colocou que os documentos de salvaguarda avançaram bastante, mas ainda faltava aprofundamento das análises, sugerindo a utilização de recursos do projeto para realização de levantamento de informações complementares nas UCs.

Por fim, em 29 de dezembro de 2020 foi realizada a 3ª Reunião Ordinária do Comitê Estratégico do Projeto, quando foi deliberado que algumas atividades do projeto poderiam ser executadas via MMA, com a participação dos órgãos gestores nas instâncias técnicas relacionadas a essas ações, de forma a alcançar os resultados do projeto, sem prejuízo da assinatura dos Acordos de Cooperação.

SITUAÇÃO FÍSICA-FINANCEIRA DO PROJETO (ATÉ 30.06.2020)

Tabela 3: Valores executados, previstos e comprometidos por Produto conforme Matriz de Resultado.

Indicadores de Produtos	Recurso Total (US\$)	Executado* até o período anterior	Executado período	Executado Acumulado	Previsto**	Comprometido***
Componente 1	2.830.265,00	16.278,65	0,00	16.278,65	0,00	0,00
1.1. Processos de criação/ampliação com análises, consultas e documentos preparados e submetidos para declaração	2.330.265,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2. Propostas de UCs concluídas com planos de sustentabilidade financeira preparados	500.000,00	2.235,29	0,00	2.235,29	0,00	0,00
Gestão Funbio****	0,00	14.043,36	0,00	14.043,36	0,00	0,00
Indicadores de Produtos	Recurso Total (US\$)	Executado até o período anterior	Executado período	Executado Acumulado	Previsto	Comprometido
Componente 2	12.736.192,00	70.277,13	0,00	70.277,13	0,00	12.109,96
2.1 Planos de manejo atualizados	3.000.000,00	14.120,25	0,00	14.120,25	0,00	0,00
2.2 Planos de sustentabilidade financeira	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2.3 UC com ações de implementação do manejo	4.009.692,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4 UC com protocolos de monitoramento da biodiversidade testado	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5 UCs com implementação de manejo do fogo	1.500.000,00	56.156,88	0,00	56.156,88	0,00	242,20
2.6. Área onde comunidades adotam o Manejo Integrado do fogo evitando emissões de carbono	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.867,76
2.7. Áreas com acordo de gestão/Boas práticas em áreas produtivas	1.126.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indicadores de Produtos	Recurso Total (US\$)	Executado até o período anterior	Executado período	Executado Acumulado	Previsto	Comprometido
Componente 3	6.572.360,00	54.019,62	526.186,61	580.206,23	39.907,84	2.576.043,77
3.1 Árvores de decisão, protocolos de monitoramento e mapas de áreas prioritárias para a restauração	750.000,00	521,36	15.208,22	15.729,58	-	225.596,44
3.2 Avaliação de áreas degradadas e planos de recuperação para áreas selecionadas	350.000,00	3.758,72	342.670,17	346.428,89	-	-
3.3 Área degradadas em processo de recuperação	5.472.360,00	-	134.438,53	134.438,53	-	2.350.447,33

Gestão Funbio****	-	49.739,54	33.869,69	83.609,23	39.907,84	-
Indicadores de Produtos	Recurso Total (US\$)	Executado até o período anterior	Executado período	Executado Acumulado	Previsto	Comprometido
Componente 4	5.660.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1 Avaliação da efetividade de UCs para conservação de espécies ameaçadas	273.510,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2 Elaboração e publicação de PANs territoriais	911.701,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.3 Territórios com ações prioritárias de PANs implementadas	2.887.055,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4 Integração de sistemas de biodiversidade	258.315,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5 Avaliação do estado de conservação de espécies	1.329.947,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indicadores de Produtos	Recurso Total (US\$)	Executado até o período anterior	Executado período	Executado Acumulado	Previsto	Comprometido
Componente 5	1.086.652,00	78.427,79	0,00	78.427,79	0,00	0,00
5.1 Oficinas e seminários para capacitação de	506.652,00	78.427,79	0,00	78.427,79	0,00	0,00

beneficiários e parceiros-chave						
5.2 Treinamento em oportunidades baseadas em biodiversidade e serviços ecossistêmicos, incluindo mulheres	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3 Estratégias de comunicação para engajamento de comunidades locais	430.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adm	3.260.820,00	30.263,87	92.023,79	122.287,66	172.902,21	37,57
M&A	475.000,00	1.366,60	806,07	2.172,67	0,00	4.005,71
TOTAL GERAL	32.621.819,00	250.633,66	619.016,48	869.650,14	212.810,05	2.525.074,75

*Valores Executados são aqueles que já tiveram seu pagamento realizado.

**Valores Previstos são aqueles que já foram solicitados no sistema Cérebro pelos executores e estão em processo de contratação.

***Valores Comprometidos são aqueles que já foram solicitados pelos executores e contratados pelo Funbio, mas que o pagamento ainda não foi realizado de forma total ou parcial (e.g. consultorias contratadas mas que o pagamento são realizados somente perante a entrega de produtos ao longo de um cronograma).

****Conforme Convênio assinado, 3,6% do valor total do Projeto será direcionado aos custos com a equipe exclusiva alocada no Funbio para o Projeto. A recuperação desses custos até 30/04/2019 foi realizada pelo Componente 1, conforme prestação de contas enviada em 11/06/2019 e aprovada pelo BID. Para a 2ª Prestação de Contas, referente ao período de 01/05/2019 a 30/11/2019, ficou estabelecido em acordo com o BID que a recuperação dos custos diretos seria realizada no Componente 3, sendo este o componente com maior previsão de execução para o ano de 2020.

PLANO DE AQUISIÇÕES

No 1º semestre de 2020 foi contratada pelo Componente 3 uma consultoria PJ para a elaboração do mapa de áreas prioritárias para recuperação nos biomas Pampa, Pantanal e Caatinga. Foi também contratado um consultor para a realização do diagnóstico do uso do fogo nas UCs do projeto, no âmbito do Componente 2. Adicionalmente, foram assinados 10 contratos de apoio com as instituições selecionadas por meio das Chamadas de Projetos para recuperação de áreas degradadas.

Durante o período, foram realizadas duas atualizações do Plano de Aquisições, ambas aprovadas pelo BID. A planilha detalhada do Plano de Aquisições vigente (versão 2.2020), aprovado pelo BID em 08 de junho de 2020 (CBR-1138/2020), encontra-se como anexo deste relatório (Anexo 4).

SITUAÇÃO DE CONTRATOS

TABELA 4: CONTROLE DE CONTRATOS ESTABELECIDOS NO ÂMBITO DO PROJETO.

Contratos (US\$)										
Protocolo	Componente	Produto	Contratado	Data Início	Data Fim	Total Contrato	Valor Pago	INSS Pago	Valor a Pagar	INSS a Pagar
2019.1126.00057-2	Monitoramento, avaliações e auditoria	Prod. 7.1 - Monitoramento e Avaliação	Ernst & Young Auditores Independentes	15/02/2019	15/02/2021	5.896,68	324,64	-	4.005,71	-
2019.0905.00033-2	Comp. 3 – Recuperação de Áreas Degradadas	3.1 Árvores de decisão, protocolos de monitoramento e mapas de áreas prioritárias para a restauração	Instituto GAEA	19/03/2020	07/02/2022	304.164,46	15.208,22	-	213.722,95	-
2020.0507.00003-1	Gerenciamento Funbio	Gestão funbio - despesas de processo	WebTrip Agência de Viagens e Turismo	06/04/2020	06/04/2021	1,84	-	-	1,84	-
2019.0517.00031-9	Comp. 2 - Manejo de UCs de Conservação e Áreas Adjacentes	2.6. Área onde comunidades adotam o Manejo Integrado do fogo evitando emissões de carbono	ROBERTO JAVIER RIVERA LOMBARDI	25/06/2020	12/03/2021	14.531,95	-	-	11.867,76	2.664,19
Não se aplica	Comp. 3 - Recuperação de Áreas Degradadas	Prod. 3.3 - Área degradadas em processo de recuperação	Assessoria Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia – AGENDHA	18/03/2020	18/03/2023	177.053,82	73.791,27	-	80.620,05	-
Não se aplica	Comp. 3 - Recuperação de Áreas Degradadas	Prod. 3.3 - Área degradadas em processo de recuperação	Associação para Conservação das Aves do Brasil - SAVE Brasil	18/03/2020	18/09/2022	760.470,02	99.230,15	-	516.248,98	-
Não se aplica	Comp. 3 - Recuperação de Áreas Degradadas	Prod. 3.3 - Área degradadas em processo de recuperação	Associação ProScience	27/03/2020	27/09/2022	276.462,02	-	-	276.462,02	-
Não se aplica	Comp. 3 - Recuperação de Áreas Degradadas	Prod. 3.3 - Área degradadas em processo de recuperação	CDJBC – Centro de Assessoria e Serviços do/as Trabalhadores/as da	18/03/2020	18/09/2021	177.053,82	98.845,33	-	61.059,62	-

			Terra Dom Jose Brandao de Castro							
Não se aplica	Comp. 3 - Recuperação de Áreas Degradadas	Prod. 3.3 - Área degradadas em processo de recuperação	CEPAN – Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (FLONA Araripe-Apodi)	18/03/2020	18/03/2023	176.923,98	27.144,71	-	116.936,99	-
Não se aplica	Comp. 3 - Recuperação de Áreas Degradadas	Prod. 3.3 - Área degradadas em processo de recuperação	CEPAN – Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (APA Chapada do Araripe)	26/03/2020	26/09/2022	176.923,98	27.811,62	-	116.416,31	-
Não se aplica	Comp. 3 - Recuperação de Áreas Degradadas	Prod. 3.3 - Área degradadas em processo de recuperação	FADENOR – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior do Norte de Minas	18/03/2020	18/03/2023	342.212,22	40.022,45	-	235.928,24	-
Não se aplica	Comp. 3 - Recuperação de Áreas Degradadas	Prod. 3.3 - Área degradadas em processo de recuperação	FAPESE – Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe	18/03/2020	18/03/2023	177.053,82	32.835,64	-	112.595,29	-
Não se aplica	Comp. 3 - Recuperação de Áreas Degradadas	Prod. 3.3 - Área degradadas em processo de recuperação	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco - FADE-UFPE	27/03/2020	27/09/2022	552.924,05	-	-	552.924,05	-
Não se aplica	Comp. 3 - Recuperação de Áreas Degradadas	Prod. 3.3 - Área degradadas em processo de recuperação	MUPAN - MULHERES EM AÇÃO NO PANTANAL	09/07/2020	09/07/2022	64.504,49	-	-	64.504,49	-

FLUXO DE CAIXA E PROJEÇÃO DE DESEMBOLSOS

TABELA 5: CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO ESTIMADO.

Cronograma Desembolso (estimado) - Em Dólares													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2018												150.000,00	150.000,00
2019					96.000,00							612.407,91	708.407,91
2020							1.371.211,05					4.000.000,00	5.371.211,05
2021				4.000.000,00				3.750.000,00				4.000.000,00	11.750.000,00
2022				3.750.000,00				4.000.000,00				3.750.000,00	11.500.000,00
2023	3.142.201,04												3.142.201,04
Total													32.621.820,00

A tabela acima apresenta uma estimativa do cronograma de desembolsos para todo o período do Projeto. O 3º desembolso, no valor de US\$1.371.211,05, foi solicitado pelo Funbio em 08 de junho e aprovado pelo BID em 24 de junho, estando disponível na conta do projeto em 09 de julho de 2020.

CONTRAPARTIDA

Conforme consta no Manual Operacional do Projeto, a contrapartida é reportada anualmente e foi encaminhada junto com o 2º Relatório de Progresso Semestral, em 28/02/2020.

ASPECTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS (SALVAGUARDAS)

Em atendimento aos compromissos ambientais e sociais do projeto, durante o período deste relatório foi iniciada a elaboração das Análises Socioculturais (ASC) das quatro Unidades de Conservação criadas em 2018 na Caatinga: a Área de Proteção Ambiental e o Refúgio da Vida Silvestre da Ararinha Azul e a Área de Proteção Ambiental e Parque Nacional do Boqueirão da Onça. Essas análises visam apresentar uma descrição das características socioculturais dos grupos e comunidades que vivem dentro e no entorno dessas UCs, bem como sua relação com os recursos naturais e território, possibilitando a avaliação do impacto socioambiental da criação das UC e sua possível inclusão para apoio pelo projeto GEF Terrestre.

Para isso, em 22 de abril foi realizada uma reunião com a participação das equipes do Funbio, MMA e ICMBio para orientações e alinhamento sobre o conteúdo dos documentos. Posteriormente, no dia 29 de abril foi realizada uma segunda reunião com a participação também das especialistas em salvaguardas do BID, Lidia Marcelino, Ana Beatriz Esteves, Luciana Vanzan e Fernanda Leite, durante a qual o ICMBio apresentou uma versão preliminar da ASC da APA e PN Boqueirão da Onça. Após os comentários da equipe especialista e a revisão do Funbio e do MMA, os documentos retornaram à equipe responsável no ICMBio para complementação e conclusão, sendo enviadas para avaliação do BID em julho de 2020 (Anexo 1).

Além da contribuição ao atingimento da meta de criação de novas UC do Componente 1, a APA e a Revis da Ararinha Azul são áreas chave para a conservação da fauna e flora ameaçada na Caatinga, e sua criação contribui diretamente com os objetivos de todos os componentes do GEF Terrestre. No âmbito do Componente 3, foi selecionado por meio da Chamada de Projetos 02/2020 um projeto para a recuperação de 200 hectares de áreas degradadas nas duas UC. A recuperação dessas áreas está em sinergia com os objetivos do Componente 4 de melhoria do estado de conservação de espécies ameaçadas, sendo indicada como estratégia prioritária no 2º Plano de Ação Nacional para conservação da Ararinha Azul publicado em 2019. Além disso, as ações contribuem também para os objetivos do Componente 2, visto que a recuperação e melhoria da qualidade do solo e da capacidade hídrica na região terão efeitos positivos no desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, contribuindo para as atividades econômicas e melhoria das condições de vida das comunidades locais.

Além das quatro UCs já mencionadas na Caatinga, estão sendo elaboradas também Análises Socioculturais para duas UCs do Pantanal: o Parque Estadual Nascentes do Rio Taquari e a Área de Proteção Ambiental Baía Negra, ambas no Mato Grosso do Sul. Essas duas UC tiveram projetos de recuperação de áreas

degradadas selecionados pela Chamada 04/2020, e os projetos aguardam a conclusão das ASC e avaliação do BID para iniciar a sua execução.

Vale ressaltar que todos os projetos de recuperação de áreas degradadas selecionados pelo Componente 3 preveem o envolvimento e participação dos atores locais na elaboração, validação e implementação dos Planos de Recuperação. Dadas as restrições impostas pelo isolamento social devido à pandemia em curso, e de forma a não colocar em risco as comunidades ou as instituições executoras dos projetos, as ações de envolvimento nesse período têm sido realizadas por meio de reuniões remotas ou contatos à distância com os conselhos gestores das UC, que incluem representantes das comunidades e proprietários de terras locais, organizações da sociedade civil e a equipe gestora da UC. Assim que a situação for estabilizada, serão realizadas reuniões e capacitações presenciais junto aos diferentes atores, seguindo o planejamento previsto em todos os projetos aprovados e garantindo a participação efetiva nas decisões e implementação das ações.

Adicionalmente, conforme informado no relatório anterior, à medida em que os Acordos de Cooperação forem firmados com as instituições partícipes serão promovidas capacitações para que as unidades operativas entendam o PGAS, sejam capazes de identificar adequadamente as atividades que possam ter impactos e incorporem ações preventivas, mitigadoras e potencializadoras dos impactos identificados no seu planejamento.

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Conforme troca de e-mails com o BID em 16 de abril de 2020, considerando que o projeto tem até o momento sua execução limitada em virtude da não assinatura dos Acordos de Cooperação, a contratação de consultoria para avaliação intermediária deverá ter sua necessidade e prazo revistos junto ao Banco. A tabela abaixo apresenta o controle do cumprimento das principais cláusulas contratuais até o momento:

TABELA 6: CONTROLE DE PRINCIPAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS DO CONVÊNIO ESTABELECIDO ENTRE BID E FUNBIO.

Descrição	Data limite	Data submissão	Nº Doc de encaminhamento	Nº Ofício (CBR de resposta)	Observação
Evidência da constituição da UGP no âmbito do Órgão Executor e seleção de sua equipe básica		23-out-2018	Carta Funbio 754/2018	3912/2018	
Entrada em vigor do Acordo de Cooperação entre Funbio e MMA		22-nov-2018	Carta Funbio 822/2018	3912/2018	Publicação no DOU 14/11/2018
Entrada em vigor do MOP		18-abr-2019	Carta Funbio 168/2019	3912/2018	
Adaptação e customização do sistema de gerenciamento de		23-out-2018	Carta Funbio 755/2018	3912/2018	

projetos do Funbio para emissão de relatórios					
Parecer jurídico fundamentado		1-ago-2018	Carta Funbio 525/2018	3912/2018	
Assinaturas Autorizadas		25-jun-2018	Carta Funbio 426/2018	3912/2018	
Informações Bancárias		25-jun-2018	Cartas Funbio 427/2018 e 428/2018	3912/2018	
Sistema Financeiro		25-jun-2018	Carta Funbio 723/2018	3912/2018	
1º Plano de Aquisições – 1.2019		14-jun-2019	Carta Funbio 316/2019	1415/2019	Plano de Aquisições será atualizado no máximo anualmente
2º Plano de Aquisições – 1.2020		28-fev-2020	Carta FUNBIO 093/2020	571/2020	
3º Plano de Aquisições – 2.2020		28-mai-2020	Carta FUNBIO 233/2020	1138/2020	
Plano Operacional (PO) 2019/2020		30-ago-2019	Carta Funbio 485/2019		
Plano de Execução do Projeto (PEP)	sempre que necessário				
1º Relatório de Acompanhamento (semestral)	60 dias após finalização de cada semestre	30-ago-2019	Carta Funbio 485/2019	2408/2019	
2º Relatório de Acompanhamento (semestral)	60 dias após finalização de cada semestre	28-fev-2020	Carta FUNBIO 092/2020	552/2020	
3º Relatório de Acompanhamento (semestral)	60 dias após finalização de cada semestre	31-jul-2020	Carta FUNBIO 311/2020		
Relatório de Avaliação Intermediária	A ser definido junto ao BID				30 meses da execução ou 50% dos recursos
Relatório de Avaliação Final	23-nov-2022				últimos seis meses anteriores ao término do Projeto
Demonstrações financeiras	30-jun-2019	25-jun-2019	-	-	

PROGRESS MANAGEMENT REPORT – PMR

A Matriz de Resultados atualizada se encontra anexa a este relatório (Anexo 3). Cabe ressaltar que a pendência na assinatura dos Acordos de Cooperação com ICMBio, JBRJ e os órgãos gestores estaduais inviabiliza o avanço nos resultados esperados do Projeto, em especial aqueles referentes aos componentes 1, 2 e 4, planejados originalmente para execução por esses órgãos/entidades.

Ressalta-se também que, conforme informado no relatório anterior, a coordenação do Projeto e o Funbio optaram por não contatar as Unidades Operativas enquanto não há definição a respeito da assinatura do ACs, com o intuito de não gerar novas expectativas que não poderão ser atendidas até a assinatura de tais documentos. Sendo assim, os prováveis avanços realizados com financiamento paralelo pelos órgãos/entidades partícipes no período não estão contabilizados na Matriz de Resultados anexa a este relatório, e serão reportados de forma retroativa após a celebração dos Acordos.

Na primeira aba da planilha são monitorados os Impactos do projeto, para os quais o reporte está previsto apenas para os anos de finalização do projeto (2023) e 2026, considerando o *timelag* entre as ações de conservação e a recuperação populacional das espécies e redução nas emissões de CO₂.

Na segunda aba são monitorados os *Outcomes* esperados. Na linha 2.1, os avanços reportados no relatório anterior com a criação das quatro UCs federais na Caatinga foram retirados temporariamente da PMR por orientação do BID, até que as Análises Socioculturais sejam avaliadas e a inclusão das UCs no projeto seja aprovada.

Com relação aos Outputs e Progresso, no âmbito do Produto 3.2 estão previstos 15 planos de recuperação de áreas degradadas, sendo oito concluídos no 2º semestre de 2020 e outros sete no 1º semestre de 2021, superando a meta estabelecida inicialmente no projeto. A meta do Produto 3.3 também deve ser superada com a implementação das ações de restauração, totalizando 6.407 hectares de áreas degradadas em processo de recuperação a partir de 2021 (130% da meta original).

Por fim, foi também atualizado o avanço na execução financeira para cada output/produto até a data de corte do relatório (30/06/2020).

ANEXOS (FUNBIO REVISAR OS ANEXOS NECESSÁRIOS)

Anexo 1. Análise Sociocultural – APA e REVIS Ararinha Azul; APA e PARNA Boqueirão da Onça

Anexo 2. Chamadas de Projetos do Componente 3

Anexo 3. Progress Management Report

Anexo 4. 3º Plano de Aquisições GEF Terrestre